

O CARÁTER FUNDACIONAL DOS PRINCÍPIOS NA FIGURA A DA *ARS GENERALIS ULTIMA* DE RAIMUNDO LÚLIO

THE GROUNDING CHARACTER OF THE PRINCIPLES IN FIGURE A OF RAMON LLULL'S *ARS GENERALIS ULTIMA* *

Guilherme Wyllie

Universidade Federal Fluminense

Resumo

Lúlio descreve a realidade como uma estrutura reticuladamente estratificada. Para tanto, ele se vale da noção metafísica de fundação e a ela confere duas funções absolutamente básicas. Em primeiro lugar, cabe à fundação assegurar a distinção entre os princípios enumerados na figura A da *Ars generalis ultima*, seus correlativos e Deus, que, apesar de serem necessariamente coextensionais, não se confundem hiperintensionalmente por não compartilharem a mesma fundação. Paralelamente, compete à fundação assegurar que os constituintes da realidade possam se arranjar hierarquicamente segundo a variação dos seus graus de semelhança, encadeando-se fundacionalmente conforme a intensidade com a qual os princípios neles se contraem. De fato, a responsável direta por tal organização hierárquica da realidade é justamente essa capacidade de contração que os princípios têm de assumir uma condição contraída nas coisas que os manifestam e que a eles confere o seu caráter fundacional.

Palavras-chave

Raimundo Lúlio; Arte luliana; fundação metafísica; contração metafísica; atributos divinos

* O presente artigo é parte de uma série de estudos sobre lógica e metafísica medieval financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e realizados com o apoio da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Academia Brasileira de Filosofia (ABF). Ficam aqui consignados nossos sinceros agradecimentos a todas essas instituições. O autor também dedica este trabalho ao dileto amigo Esteve Jaulent, presidente do Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência 'Raimundo Lúlio' (IBFCRL), em testemunho de admiração, respeito e reconhecimento.

Abstract

Llull describes reality as a reticulately stratified structure. To achieve this, he uses the metaphysical notion of grounding and ascribes two basic functions to it. Firstly, the grounding must ensure a distinction between the principles listed in figure A of the *Ars generalis ultima*, their correlatives and God. Although they are necessarily coextensive, none of them is hyperintensionally indiscernible from the others, because they do not share the same grounding. At the same time, grounding must also ensure that reality's constituents can be arranged hierarchically according to their varying degrees of similarity, and ordered foundationally according to the intensity with which the principles contract in them. In fact, the direct responsible for such a hierarchical ordering of reality is precisely the contraction capacity that principles have to assume a contracted condition in the things that manifest them, and which gives them their grounding character.

Keywords

Ramon Llull; Lullian Art; Metaphysical Grounding; Metaphysical Contraction; Divine Attributes

1. Introdução

Em suas obras de maturidade, Lúlio propõe dois sistemas diferentes de categorias ontológicas mutuamente exclusivas e conjuntamente exaustivas. Na *Ars generalis ultima*, ele se compromete com uma ontologia multicategorial, enumerando nove sujeitos que mapeariam tudo o que compõe a realidade,¹ ao passo que na *Metaphysica noua et compendiosa*, ele adere a uma ontologia duocategorial, reconhecendo apenas as classes de entes criados e incriados que, uma vez reunidas, encerrariam todo conteúdo da realidade.² Apesar disso, Lúlio acredita que ambos os sistemas não são de modo algum incompatíveis. Valendo-se ainda que tacitamente da noção de fundação metafísica, ele de início argumenta que os princípios relacionados na Figura A da sua Arte são essencialmente idênticos, mas fundacionalmente distintos de Deus. Em seguida, ele mostra que a realidade exibe uma estrutura hierárquica decorrente da capacidade que tais princípios possuem de se contrair com intensidades diversas em todas as coisas que os manifestam. Assim, ele finalmente conclui que Deus e seus princípios, enquanto membros da classe de entes incriados, correspondem ao primeiro sujeito que funda os outros oito sujeitos, cujos membros constituem a classe dos entes criados enquanto determinações e semelhanças dos princípios por eles assimilados e significados em suas versões contraídas.

¹ Raimundo Lúlio, *Ars generalis ultima*, ed. A. Madre, ROL XIV (Turnhout: Brepols, 1986), IX, 189-315; Raimundo Lúlio, *Ars brevis*, ed. A. Fidora (Hamburg: Felix Meiner, 1999), IX, 54.

² Raimundo Lúlio, *Metaphysica noua et compendiosa*, ed. H. Riedlinger, ROL VI (Turnhout: Brepols, 1978), *Prologus*, 10-11.

2. A fundação metafísica

Ao longo da história da filosofia, é possível sem muito esforço identificar teorias que descrevem a realidade como uma estrutura, cujos membros se articulam hierarquicamente através de uma conexão fundacional que muitos costumam na atualidade chamar de fundação metafísica. Para atestar que algo é fundado por algo ou se dá em virtude de algo, filósofos com frequência recorrem a formas como ‘ φ funda ϕ ’, onde φ ou *fundans* designa aquilo que funda ϕ e ϕ ou *fundatum* expressa aquilo que é fundado por φ .³ A fundação, por sua vez, pode ser concebida como um tipo de explanação metafísica, cuja conexão entre seus *explananda* ocorre mediante alguma forma constitutiva de determinação. Nesse caso, afirmar que φ funda ϕ significa assumir que φ explana metafisicamente ϕ e que a natureza ou existência de ϕ é determinada por φ . Tal é o que sucede, por exemplo, quando admitimos que a verdade de ao menos um dos disjuntos funda a verdade de uma disjunção, caso a verdade da disjunção seja determinada pela verdade de ao menos um dos disjuntos e a verdade de ao menos um dos disjuntos explane metafisicamente a disjunção.^{4, 5} Portanto, parece evidente que sentenças cuja forma é ‘ φ funda ϕ ’ satisfazem uma espécie de condição suficiente e determinativamente explanatória, ainda que não-causal.⁶

Uma vez fixada a noção de fundação metafísica, cabe agora expor algumas das suas propriedades mais distintivas. Em princípio, a fundação é concebida como um nexo que prescreve uma ordem parcial estrita às entidades sob o seu domínio. Ora, irreflexividade, assimetria e transitividade são propriedades de qualquer ordem parcial estrita. Logo, a fundação é irreflexiva, assimétrica e transitiva. Enquanto a transitividade da fundação estabelece que se φ funda ϕ e ϕ funda χ , então φ funda χ , a irreflexividade e a assimetria determinam respectivamente que não é o caso que φ funda φ e que se φ funda ϕ , então não é o caso que ϕ funda φ . Aparentemente, a caracterização da fundação com base nas três propriedades acima descritas é motivada

³ Michael J. Raven, “Introduction”, em *The Routledge Handbook of Metaphysical Grounding*, ed. M. J. Raven (New York: Routledge, 2020), 4-5.

⁴ Ver Kit Fine, “Guide to Ground”, em *Metaphysical Grounding. Understanding the Structure of Reality*, ed. F. Correia e B. Schnieder (Cambridge: CUP, 2012), 37; Jon E. Litland, “Grounding, Explanation, and the Limit of Internality”, *Philosophical Review* 124/4 (2015): 483; Shamik Dasgupta, “Constitutive explanation”, *Philosophical Issues* 27 (2017): 94, nota 8; Paul Audi, “A clarification and defense of the notion of grounding”, em *Metaphysical Grounding. Understanding the Structure of Reality*, ed. F. Correia e B. Schnieder (Cambridge: CUP, 2012), 101-102; Jonathan Schaffer, “On What Grounds What”, em *Metametaphysics. New essays on the foundations of ontology*, ed. D. Chalmers, D. Manley e R. Wasserman (Oxford: OUP, 2009), 373-379; Anna-Sofia Maurin, “Grounding and Metaphysical Explanation: It’s Complicated”, *Philosophical Studies* 176 (2019): 1591-1592.

⁵ Cumpre, no entanto, advertir que alguns autores chamados de unionistas concebem a fundação metafísica com uma conexão exclusivamente explanatória, ao passo que outros rotulados de separatistas distinguem a fundação da explanação metafísica (ver, por exemplo, Michael J. Raven, “Ground”, *Philosophy Compass* 10/5 (2015): 326).

⁶ Raven, “Introduction”, 4-11.

de um lado pela sua natureza determinativamente explanatória e de outro pela estrutura hierárquico-fundacional da realidade. Com efeito, negar que a fundação seja transitiva significa obliterar a capacidade que uma explanação determinativa tem de se concatenar com outra, o que inviabilizaria qualquer tentativa de esclarecer em termos fundacionais a estrutura hierárquica da realidade. De modo análogo, rejeitar a irreflexividade da fundação possibilitaria a autoexplicação, suprimindo dela o poder de ordenar hierarquicamente os elementos que constituem a estrutura da realidade. Evidentemente, se algo fundasse a si mesmo, ocuparia de uma só vez níveis distintos de tal estrutura hierárquico-fundacional e isso, como se presume, não é possível. Por fim, uma vez reconhecida como ilegítima qualquer explanação circular que admita algo fundado por algo que ele próprio funda, não parece restar outra alternativa a não ser concluir que a fundação é assimétrica.

A não-monotonicidade, bem como a hiperintensionalidade, também são propriedades estruturais que contribuem para conferir à fundação um caráter determinativamente explanatório. Em termos gerais, podemos qualificar a fundação como uma forma de explanação não-monotônica na medida em que se φ funda ϕ , não se segue que ϕ seja fundado por φ e qualquer outro χ . Desse modo, a não-monotonicidade garante que nada além do que for absolutamente relevante para explicar ou determinar o *fundatum* deverá figurar entre os *fundantia* de uma fundação. Para descrever a fundação como um tipo de explanação hiperintensional, cumpre de início fixar a noção de hiperintensionalidade, distinguindo-a da extensionalidade e da intensionalidade. De modo geral, se tomarmos i como um segmento de uma sentença S , α e β como expressões permutáveis em i e $S[\beta]$ como a sentença que resulta da permutação de α por β em i , segue-se que

- (i) i é extensional se $(\alpha \equiv \beta) \rightarrow (S[\alpha] \equiv S[\beta])$.
- (ii) i é intensional se $\Box(\alpha \equiv \beta) \rightarrow \Box(S[\alpha] \equiv S[\beta])$.
- (iii) i é hiperintensional se $\alpha \equiv \beta$, mas α não pode ser substituído *salva veritate* por β em i , ou se não é o caso que $\Box(\alpha \equiv \beta) \rightarrow \Box(S[\alpha] \equiv S[\beta])$.⁷

Valendo-se dessa tríplice distinção, é possível fixar parâmetros que permitam decidir se algo é extensional, intensional ou hiperintensional. Intuitivamente, extensional corresponde a tudo cuja indiscernibilidade exija apenas uma equivalência. Tal é o caso, por exemplo, do conjunto das criaturas portadoras de rins e do conjunto das criaturas portadoras de coração. Ambos são indiscerníveis, pois se equivalem na medida em que compartilham os mesmos elementos. Em contrapartida, intensional corresponde a tudo cuja indiscernibilidade decorre de uma equivalência necessária. Por exemplo, como o nitrogênio não pode de modo algum ocorrer sem o azoto e vice-versa, ambos são necessariamente equivalentes e, portanto, indiscerníveis. Finalmente,

⁷ Adotamos aqui uma formulação ligeiramente modificada daquela originalmente apresentada em Timothy Williamson, "Indicative Versus Subjunctive Conditionals, Congruential Versus Non-Hyperintensional Contexts", *Philosophical Issues* 16/1 (2006): 311-314.

hiperintensional corresponde a tudo o que seja necessariamente equivalente a algo, embora dele se distinga, como acontece, por exemplo, com um triângulo e um trilátero.⁸ Consoante o que foi dito, evidencia-se que a fundação é um tipo de explanação hiperintensional, visto que se φ funda ϕ , não se segue que ϕ seja fundado por qualquer outro χ necessariamente equivalente a φ . Assim, é graças à hiperintensionalidade da fundação que podemos distinguir entes intencionalmente indiscerníveis que porventura se encontrem em diferentes níveis da estrutura hierárquico-fundacional que ordena a realidade.

3. A contração fundacional dos princípios

Lúlio divide a realidade em nove sujeitos, “aos quais pertence tudo o que é e fora dos quais nada é”. São eles: Deus, anjo, céu, homem, imaginativa, sensitiva, vegetativa, elementativa e instrumentativa.⁹ Por interagir hierárquica e fundacionalmente entre si, tais sujeitos dotam a realidade de uma estrutura metafísica.¹⁰ Nela, Deus atua

⁸ Ver George Bealer, “Intensional entities”, em *Routledge Encyclopedia of Philosophy*, ed. E. Craig (London: Routledge, 1998), vol 4, 803; Daniel Nolan, “Hyperintensional Metaphysics”, *Philosophical Studies* 171/1 (2014): 153.

⁹ Raimundo Lúlio, *Ars brevis*, IX, 54: “In parte ista ponuntur nouem subiecta, in alphabeto significata; in quibus cadit, quidquid est, et extra ipsa nihil est. Primum subiectum est Deus, per B significatum. Secundum subiectum est angelus, per C significatum. Tertium subiectum est caelum, per D significatum. Quartum subiectum est homo, per E significatum. Quintum est imaginatio, per F significatum. Sextum subiectum est sensitua, per G significatum. Septimum est uegetatiua, per H significatum. Octauum est elementatiua, per I significatum. Nonum et ultimum est instrumentalitas, per K significatum”; Raimundo Lúlio, *Ars generalis ultima*, IX, 189-315; Raimundo Lúlio, *Liber de praedicatione*, ed. A. Soria Flores, ROL III-IV (Turnhout: Brepols, 1961-63), I.A.II, 144-153. Sobre a cosmologia luliana e sua evolução, ver Josep Maria Ruiz Simon, “De la naturalesa com mescla a l'art de mesclar (sobre la fonamentació cosmològica de les arts lul·lianes)”, *Randa* 19 (1986): 69-99 e Jordi Gayà, “La cosmologia en el “Ars” de Ramon Llull”, em *Cosmogonie e cosmologie nel medioevo*, ed. C. Martello, C. Militello e A. Vella (Louvain-la-Neuve: FIDEM, 2008), 141-168.

¹⁰ Eis, por exemplo, uma passagem sobre a encarnação divina que comprova inequivocamente que Lúlio compreende a realidade como uma estrutura hierárquico-fundacional: “Si potentia vegetativa, quae est inferior, potest assumere corpus elementatum et ex se ipsa facit ipsum vivum vegetatum, ut patet in plantis, et potentia sensitiva, quae est superior, potest assumere corpus elementatum vegetatum et facere ex se ipsa ipsum vivum et sensatum, ut patet in animalibus. Si potentia sensitiva, quae est inferior, potest assumere corpus elementatum vegetatum, anima rationalis, quae est superior, potest assumere corpus elementatum vegetatum sensatum, et facere ex se ipsa ipsum vivum et rationatum; et hoc patet in hominibus. Secundum istum ascensum et fundamentum intendimus investigare divinam incarnationem cum divinis dignitatibus. Et primo de unitate. Si in unitate humana, quae est inferior, anima rationalis potest assumere unum corpus individuatum elementatum vegetatum sensatum et facere ipsum rationatum, multo magis natura divina, quae est superior, in uno suppositio divino potest assumere naturam humanam et facere se unum hominem individuatum unissimatum elementatum vegetatum sensatum et rationatum” (Raimundo Lúlio, *Liber de minori loco ad*

mediante nove dos seus atributos como um sujeito que funda ou determina metafisicamente os demais sujeitos, embora deles não dependa. A esses atributos divinos, Lúlio dá o nome de dignidades (*dignitates*), razões (*rationes*) ou simplesmente princípios (*principia*).¹¹ De acordo com ele, bondade, grandeza, eternidade ou duração, poder, sabedoria, vontade, virtude, verdade e glória¹² “são princípios primitivos, verdadeiros e necessários sem os quais nada é e, porque são, tudo o que é está excluído do não-ser”.¹³ Para enfatizar o aspecto fundacional desses princípios, Lúlio esclarece que eles “são simples e absolutamente primários não porque outros descendem deles, mas porque eles não descendem de nenhum outro”.¹⁴ Nesse sentido, ele também assinala que “os princípios implicam tudo o que é, pois tudo o que é ou é bom ou é grande etc., como se dá com Deus e o anjo, que são bons, grandes etc. Por isso, tudo o que é se reduz aos princípios supracitados”.¹⁵

maiores, ed. J. Stöhr, ROL I (Turnhout: Brepols, 1959), II, 273). Veja também outra passagem do *Liber mirandarum demonstrationum* na qual Lúlio descreve nitidamente a realidade como uma estrutura fundacionalmente hierarquizada: “Notum est, quod quaedam bona sint maiora, et alia minora, et sint quaedam bona, quae non sunt maiora nec minora; sicut firmamentum, quod est maius bonum, quam sol, et sol, quam luna, et luna, quam stella, et rationalia, quam irrationalia, et irrationalia, quam vegetabilia, et vegetabilia, quam metalla, et substantia, quam accidens, et anima, quam corpus, et sentire, quam videre, et videre, quam odorari, et charitas, quam spes; et sic de aliis rebus similibus istis” (Raimundo Lúlio, *Liber mirandarum demonstrationum*, ed. I. Salzinger, MOG II (Mainz: Häffner, 1722), II.38.1, 66).

¹¹ Não obstante Lúlio prefira chamar os atributos divinos de ‘princípios’, ‘dignidades’ e ‘razões’ em suas obras mais maduras, cumpre advertir que ele ocasionalmente já nomeara tais atributos como perfeições, propriedades, qualidades, virtudes, infinidades e nobilidades (Anthony Bonner, *Art and Logic of Ramon Llull* (Leiden: Brill, 2007), 33, nota 12). Sobre a origem, natureza e denominação dos atributos divinos segundo Lúlio, ver, por exemplo, Leopoldo E. Garay, “Las dignidades lulianas”, *Estudios Lulianos* 18 (1974): 25-46; Hélène Merle, “Dignitas: signification philosophique et theologique de ce term chez Lulle et de ses predecesseurs medievaux”, *Estudios Lulianos* 21 (1977): 173-193; Anthony Bonner, “Més sobre el mot i el concepte de ‘dignitas’ en Ramon Llull”, *Estudis de llengua i literatura catalanes* 32 (1996): 5-14.

¹² Os nove princípios aqui enumerados correspondem aos atributos divinos por Lúlio distribuídos na Figura A da *Ars generalis ultima*. Eventualmente, contudo, ele também operou com outras listas de atributos divinos em diferentes estágios de sua vida intelectual.

¹³ Raimundo Lúlio, *Liber correlatiuorum innotatorum*, ed. H. Riedlinger, ROL VI (Turnhout: Brepols, 1978), I, 131: “Probauimus novem principia supra dicta primitiva, uera et necessaria, sine quibus nihil est. Et quia sunt, quidquid est, a non esse remotum est”.

¹⁴ Raimundo Lúlio, *Liber de demonstratione per aequiparantiam*, ed. A. Madre, ROL IX (Turnhout: Brepols, 1981), *Prologus*, 217: “Appellamus ista principia prima simpliciter et absolute non in eo, quod alia ab eis descendant, sed ex eo, quia ipsa ab alio non descendant”.

¹⁵ Raimundo Lúlio, *Ars breuis*, II.1, 8: “In principiis istius figurae est implicatum, quidquid est. Nam quidquid est, aut est bonum, aut magnum, etc.; sicut Deus et angelus, qui sunt boni et magni, etc. Quapropter quidquid est, reducibile est ad principia supra dicta”.

Particularmente, o que confere aos princípios o seu caráter fundacional é a capacidade por eles exibida de se contrair em todas as coisas que os manifestam.¹⁶ Tal é o que sustenta Lúlio quando declara que

Qualquer princípio, tomado em si mesmo, é totalmente geral, como ocorre ao se dizer 'bondade' ou 'grandeza'. No entanto, quando um princípio se contrai em outro, então ele é subalterno, como ocorre ao se dizer 'bondade grande' etc. Por sua vez, quando algum princípio se contrai em algo singular, então ele é um princípio especialíssimo, como ocorre ao se dizer 'A bondade de Pedro é grande' etc. Assim, o intelecto dispõe de uma escala para ascender e descender de um princípio totalmente geral a um princípio nem totalmente geral, nem totalmente especial, e de um nem totalmente geral, nem totalmente especial, a um totalmente especial.¹⁷

Evidencia-se, então, que os princípios constituem a fundação metafísica da realidade, porque todas as coisas só são o que são devido aos princípios que as determinam justamente por se encontrarem nelas contraídos.¹⁸ Em termos analíticos, a noção fundacional da contração metafísica dos princípios pode ser assim expressa:

(CFP) uma criatura ϕ é fundada em um princípio φ se e somente se houver uma função c de contração, tal que seja parte da essência de ϕ que $\phi = c(\varphi)$.¹⁹

Segundo (CFP), o fato de parte da essência de ϕ corresponder a um princípio φ contraído em ϕ por força da aplicação da função c de contração metafísica em φ é condição necessária e suficiente para que φ funde ϕ . Por exemplo, uma boa casa é

¹⁶ Na verdade, a contração dos princípios se dá não só nos entes criados, mas também entre si, como é possível observar na seção sobre os modos de contração da *Lectura Artis* em Raimundo Lúlio, *Lectura Artis, quae intitulatas est Brevis practica Tabulae Generali*, ed. J. Gayà, ROL XX (Turnhout: Brepols, 1995), XI, 426-428.

¹⁷ Raimundo Lúlio, *Ars brevis*, II.1, 8: "Quodlibet principium, per se sumptum, est omnino generale, ut cum dicitur 'bonitas' aut 'magnitudo'. Quando autem unum principium contrahitur ad aliud, tunc ipsum est subalternatum, ut cum dicitur 'bonitas magna', etc. Et quando contrahitur aliquod principium ad singulare, tunc est principium specialissimum, ut cum dicitur 'bonitas Petri est magna', etc. Et sic intellectus habet scalam ascendendi et descendendi, a principio omnino generali ad non omnino generale nec omnino speciale, et a non omnino generali nec omnino speciali ad omnino speciale". Ver também Raimundo Lúlio, *Ars generalis ultima*, X, 87, 366 e especialmente Raimundo Lúlio, *Ars inuentiva ueritatis*, ed. J. Uscatescu Barrón, ROL XXXVII (Turnhout: Brepols, 2014), III.4, 108-111).

¹⁸ Sobre o mecanismo de contração e a sua importância para o esclarecimento da noção luliana de predicação, ver Bonner, *Art and Logic of Ramon Llull*, 205-206.

¹⁹ A formulação da noção fundacional de contração metafísica que aqui propomos é uma adaptação do conceito de fundação essencial de identidade originalmente exposto em Ross D. Inman, "Grounding and Creaturely Participation in God", em *Neo-Aristotelian and The Theology of Nature*, ed. W. Simpson, W. Koons e R. Orr (New York: Routledge, 2022), 19.

fundada no princípio divino da bondade pelo simples fato de uma versão contraída desse princípio constituir parte da essência de tal casa.²⁰

Contudo, se a contração dos princípios impõe à realidade uma estrutura fundacional, é graças à semelhança entre esses princípios e tudo o mais que a realidade assume uma estrutura hierárquica. Lúlio afirma em diversas ocasiões que a constituição substancial das criaturas é revelada pela semelhança entre elas e os princípios que substancialmente as criam e constituem.²¹ Para ele,

Deus e seus princípios²² influíram²³ externa e criativamente em outras essências que deles se distinguem, levando a semelhança e a figura que neles se encontram a existirem essencialmente nas criaturas, assim como um artífice leva a semelhança e a figura que se encontram no seu intelecto e imaginação a existirem realmente. Por isso, a criatura é revestida pela semelhança intrínseca e extrinsecamente existente e atuante de Deus e seus princípios, na medida em que é capaz de receber tal semelhança.²⁴

Assim, é possível atestar com base nas duas passagens precedentes que as criaturas se assemelham aos princípios por serem elas constituídas de versões contraídas de tais princípios. Isso não significa, porém, que as noções metafísicas de semelhança e contração sejam equivalentes. Enquanto a semelhança é simétrica, a contração é

²⁰ Um panorama histórico da noção metafísica de contração na Idade Média pode ser encontrado em Leo Catana, *The Concept of Contraction in Bruno's Philosophy* (London: University College London, 2002, PhD Thesis), 155-223. Ver também Jasper Hopkins, *Nicholas of Cusa's Metaphysics of Contraction* (Minneapolis: The Arthur J. Banning Press, 1983).

²¹ Ver, por exemplo, Raimundo Lúlio, *Arbor philosophiae*, ed. U. Roth, ROL XXXIV (Turnhout: Brepols, 2011), I.3.2.17, 65: “Similitudo est ens, quod est extra substantiam, in qua similitudine apparent illa, quae sunt intra”; Raimundo Lúlio, *Quaestiones per Artem demonstratiam seu inuentivam solubiles*, ed. F. Ph. Wolff, MOG IV (Mainz: Häffner, 1729), III, 100: “Omne reale ens est substantialiter creatum et constitutum de similitudinibus Dei, scilicet, bonitate, magnitudine, duratione et caetera, sicut homo, leo, planta et caetera” e Raimundo Lúlio, *Quaestiones per Artem demonstratiam seu inuentivam solubiles*, 150: “In qualibet creatura sunt similitudines divinarum dignitatum”.

²² Nesta citação, a tradução de ‘A’ por ‘Deus e seus princípios’ se justifica devido à observação de Lúlio segundo a qual “sumimus figuram A esse quoddam universale, suum particulare habens subjectum, quod est Deus, in quo sunt omnia, quae ad bonitatem et nobilitatem pertinent in summo gradu perfectionis”, que se encontra em Raimundo Lúlio, *Lectura super figuras Artis demonstrativae*, ed. I. Salzinger, MOG III (Mainz: Häffner, 1722), I, 2.

²³ O sentido que o verbo *influer* assume na ontologia luliana é devidamente esclarecido em Carla Compagno, “The Liber chaos and Ramon Llull’s Doctrine from Creation to Generation of Material Substance in Sublunar World”, *Comprendre* 21/2 (2019): 26-31.

²⁴ Raimundo Lúlio, *Compendium seu commentum Artis demonstrativae*, ed. I. Salzinger MOG III (Mainz: Häffner, 1722), II.1, 77: “ipsum A. alias essentias, quae non sunt A., creative influxit extra se faciens stare essentialiter in creatis similitudinem et figuram hujus, quod ipse est, sicut artifex facit stare realiter similitudinem et figuram hujus, quod est in intellectu et imaginatione; et idcirco creatura induta est similitudine existendi et agendi intrinsece et extrinsece ipsius A., in quantum ipsam similitudinem potest recipere”.

assimétrica. Logo, qualquer tentativa de identificá-las resultaria em uma contradição.²⁵ Na verdade, a contração nada mais é do que uma condição suficiente para a semelhança,²⁶ ou seja, tudo o que convém à contração também se aplica à semelhança, mas não o inverso. Eis como Lúlio se pronuncia sobre esse ponto:

Deus²⁷ é uma natureza infinita e eternamente superexcelente em toda perfeição. Essa natureza é ela mesma a suprema bondade, a suprema grandeza etc., cujas semelhanças estão em maior ou menor grau impressas em cada criatura, de acordo com a sua possibilidade de recebê-las [...]. Assim, cada criatura porta em maior ou menor grau a marca do seu supremo artífice.²⁸

Tal afirmação é significativa e esclarecedora. De início, ela reitera uma ideia presente na citação anterior ao sinalizar que todo princípio é trivialmente semelhante à sua versão contraída. Em seguida, ela sugere que a intensidade de contração a qual se submete um princípio aumenta conforme diminui a capacidade que uma criatura tem de assimilá-lo e vice-versa. Mais adiante, ela revela que até mesmo o grau de semelhança entre uma criatura e um princípio é inversamente proporcional à intensidade de contração do princípio e diretamente proporcional à capacidade de assimilação da criatura. Por exemplo, um bom homem se assemelha mais do que uma boa casa à bondade divina, porque a capacidade que o homem tem de assimilar a bondade é maior do que a capacidade que a casa tem de assimilá-la e, conseqüentemente, a intensidade de contração da bondade no homem é menor do que a intensidade da sua contração na casa. Enfim, ela ainda apregoa que os princípios são significados pelas criaturas em função da posição que cada uma delas adota na estrutura hierárquico-fundacional da realidade. Isso também coincide com o que defende Lúlio em outras duas passagens complementares nas quais explica que “todo bem inferior é criado em tal ordem e disposição para que signifique o bem supremo”²⁹ e que “o mundo é uma imagem na qual são significados os princípios, isto é, pela bondade da criatura é significada a bondade de Deus, pela grandeza da criatura é significada a grandeza de Deus e assim por diante”.³⁰

²⁵ De fato, seja C um predicado assimétrico de contração e S um predicado simétrico de semelhança. Nesse caso, se $C = S$, $\forall x \forall y (Cxy \rightarrow \neg Cyx)$, $\forall x \forall y (Sxy \rightarrow Syx)$, então $\exists x \exists y (Cxy) \models \perp$.

²⁶ Formalmente, se $\forall x \forall y (Cxy \rightarrow \neg Cyx)$, $\forall x \forall y (Sxy \rightarrow Syx)$, $\forall x \forall y (Cxy \rightarrow Syx)$, então $\exists x \exists y (Cxy) \not\models \perp$. Eis um contraexemplo: $D = \{a, b\}$; $\text{Ext}(C) = \{<a, b>\}$; $\text{Ext}(S) = \{<a, b>, <b, a>\}$.

²⁷ A motivação para traduzir ‘A’ por ‘Deus’ nesta passagem é análoga àquela expressa na nota 22.

²⁸ Raimundo Lúlio, *Compendium seu commentum Artis demonstrativae*, II.1, 76: “Ipsum A. esse quandam naturam superexcellenter infinite et aeternaliter in omni perfectione, quae scilicet natura est ipsa summa bonitas, summa magnitudo etc, cuius naturae similitudines secundum possibilitatem receptionis creaturae sunt impressae in qualibet creatura, et hoc secundum magis et minus [...], ita quod quaelibet creatura secundum magis et minus sui summi artificis portat signum”.

²⁹ Raimundo Lúlio, *Liber mirandarum demonstrationum*, IV.5.4, 185: “Totum inferius bonum sit creatum in tali ordine et in tali dispositione quod significet supremum bonum”.

³⁰ Raimundo Lúlio, *Llibre des meravelles*, ed. A. Bonner (Barcelona: Barcino, 2017), Llibre VIII, 53.5, 284-285: “aquest món és imatge per la qual (...) són significades les dignitats de Déu, ço es

Em face de tudo o que foi até aqui exposto, não resta a menor dúvida de que Lúlio concebe a realidade como uma estrutura reticulada, cujos elementos não apenas se distribuem hierarquicamente conforme a variação dos graus de semelhança entre eles, mas também se articulam fundacionalmente segundo a intensidade com a qual alguns deles se contraem nos demais. Além de elucidar como a realidade está efetivamente ordenada, tal concepção concilia a ontologia multicategorial descrita por Lúlio na parte sobre os nove sujeitos da *Ars generalis ultima* com a ontologia duocategorial que ele apresenta na *Metaphysica noua et compendiosa* quando distingue os elementos constituintes da realidade para inseri-los nas classes dos entes criados e incriados. A estratégia de Lúlio consiste basicamente em incluir o primeiro sujeito, que coincide com Deus e seus nove princípios, na classe dos entes incriados para então tomá-lo como fundação dos demais sujeitos, que integrariam a classe dos entes criados enquanto determinações e semelhanças dos princípios por eles assimilados e significados em suas versões contraídas.

4. Identidade essencial e distinção fundacional dos princípios

Na versão definitiva da *Arte*, os nove princípios acima aludidos são agrupados em um diagrama denominado Figura A.

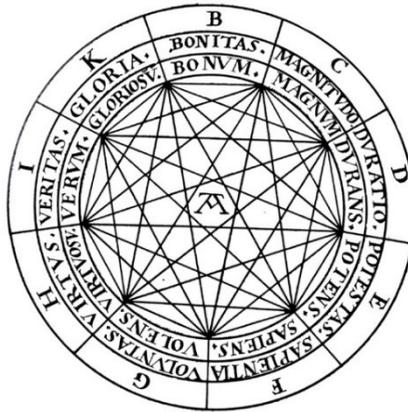


Figura A³¹

saber, que per la bonesa de la criatura és significada la bonesa de Déu, e per la granesa de la criatura és significada la granesa de Déu, e així de les autres coses semblantes a aquestes”. Sobre a tradução de ‘dignitats’ por ‘princípios’, veja a nota 11.

³¹ Esta é uma versão da Figura A que se encontra na edição de Lazarus Zetzner da *Ars brevis* (Raimundo Lúlio, *Ars brevis*, ed. L. Zetzner (Strasbourg, 1651), I, 2). Anthony Bonner adverte que o círculo contendo as formas adjetivas dos princípios e as linhas entrecruzadas presentes em tal

Lúlio explica que “tal figura é circular, para que o sujeito seja transformado em predicado e vice-versa, como ocorre quando se diz ‘A bondade é grande’, ‘A grandeza é boa’ e assim por diante”.³² Essa predicação recíproca, contudo, só se justifica porque, segundo ele, todos os princípios são equivalentes e convertem-se não apenas com Deus, mas também entre si enquanto atuam como sujeito e predicado.³³ Nas criaturas, tal conversão não ocorre, porque os princípios se encontram nelas contraídos. Mas, em Deus, os princípios, enquanto expressões da essência divina, são essencialmente idênticos. Nessa condição, eles não sofrem qualquer tipo de contração, sendo, portanto, capazes de atingir o grau superlativo no qual podem se converter, pois suas diferenças simplesmente desaparecem.³⁴

Por certo, a identidade essencial³⁵ entre Deus e seus princípios constitui a resposta de Lúlio à questão da simplicidade divina. De acordo com ele, Deus é absolutamente simples;³⁶ logo, deve ser essencialmente idêntico aos princípios que dele se predicam.

versão são comuns nas edições modernas da *Ars brevis* e da *Ars generalis ultima*, embora estejam ausentes nos manuscritos mais antigos de ambas as obras (Bonner, *Art and Logic of Ramon Llull*, 126, nota 9, e 127).

³² Raimundo Lúlio, *Ars brevis*, II.1, 6 e 8: “Ipsa quidem figura est circularis, eo quod subiectum mutatur in praedicatum, et e converso; ut cum dicitur ‘bonitas est magna’, ‘magnitudo est bona’; et sic de aliis”.

³³ Raimundo Lúlio, *Liber de nouis fallaciis*, ed. C. Lohr, ROL XI (Turnhout: Brepols, 1983), IV.2.1, 65: “Omnes rationes Dei quoad subiectum et praedicatum conuertuntur [...] Omnes rationes Dei sunt aequivalentes [...] Deus et omnes suae rationes conuertuntur”.

³⁴ Raimundo Lúlio, *Liber de forma Dei*, ed. H. Harada, ROL VIII (Turnhout: Brepols, 1980), I, 46: “Conuersio Dei et suarum dignitatum est praedicari de Deo suas rationes, et e conuerso, in superlatiuo gradu”. No presente contexto, por ‘grau superlativo’ Lúlio entende aquele estado de plenitude no qual os princípios, na medida em que se predicam de Deus, não se distinguem essencialmente dele, mas com ele se convertem por não estarem submetidos a nenhuma forma de contração, tal qual se evidencia com a bondade ótima, a grandeza máxima e assim por diante. Sobre o grau superlativo dos princípios segundo Lúlio, ver, por exemplo, Charles Lohr, “Les fondements de la logique nouvelle de Raymond Lulle”, em *Raymond Lulle et le Pays d’Oc*, Cahiers de Fanjeaux 22 (Toulouse: Privat, 1987), 235-236.

³⁵ Intuitivamente, a identidade essencial é aqui tomada como uma relação entre dois itens essencialmente indiscerníveis que podem atuar como expressões distintas de uma única essência individual. Para um tratamento formal dessa noção, ver Sergio Galvan e Alessandro Giordani, “A Classical Logic of Existence and Essence”, *Logic and Logical Philosophy* 29 (2020): 541-570.

³⁶ Sobre a aderência de Lúlio à tese da simplicidade divina, ver, por exemplo, Raimundo Lúlio, *Logica noua*, ed. W. Euler, ROL XXIII (Turnhout: Brepols, 1998), I.1: “Deus, qui est ens simplex”; Raimundo Lúlio, *Liber de consolatione eremitaie*, ed. J. Stöhr, ROL I (Turnhout: Brepols, 1959), 7, 98-9: “Nulla substantia, quae sit infinita et aeterna, est composita. Substantia Dei est infinita et aeterna; ergo substantia Dei non est composita, quoniam composita esse non posset sine diversis essentiis. Substantia Dei est una essentia et non multae, et in ipsa sunt diversae personae secundum relationem aeternam et infinitam; cum sit hoc, quod Deus Pater de tota sua substantia infinita et aeterna generat Deum Filium infinitum et aeternum, et ex ambobus exit Spiritus Sanctus infinitus et aeternus. Et ideo non potest esse nisi una substantia simplex”; Raimundo Lúlio, *Liber de essentia et esse Dei*, ed. J. Stöhr, ROL I (Turnhout: Brepols, 1959), X.4, 373-4: “Deus est

Previsivelmente, a simplicidade divina deriva da asseidade de Deus por Lúlio muitas vezes admitida.³⁷ De fato, se Deus é autossuficiente, então tem de ser simples; caso contrário, dependeria de suas eventuais partes, deixando assim de ser autossuficiente.

Como foi mencionado, a identidade essencial entre Deus e seus princípios só é possível porque em Deus os princípios não estão de modo algum contraídos, o que os leva ao grau superlativo no qual atingem a sua plenitude e não mais se distinguem essencialmente entre si. Resta, no entanto, saber de que maneira princípios essencialmente idênticos a Deus podem dele se predicar sem ser a ele inerentes. Para esclarecer isso, é conveniente que se recorra a noção de verificador como algo cuja existência funda a verdade de uma predicação essencial. Com base no preceito segundo o qual se ‘Deus é φ ’ é verdadeira – onde φ corresponde a um princípio – então (i) φ existe, (ii) φ é um verificador de ‘Deus é φ ’ e (iii) φ é idêntico a Deus, evidencia-se que o nome do verificador φ de ‘Deus é φ ’ não precisa denotar um princípio inerente a Deus, já que sendo φ idêntico a Deus, ele denota simplesmente Deus.³⁸ Por exemplo, a bondade divina se predica de Deus em ‘Deus é bondade’; logo, ela atua como verificador de ‘Deus é bondade’. Mas, de acordo com a cláusula (iii) do preceito acima expresso, se a bondade divina é o verificador de ‘Deus é bondade’, então ela é idêntica a Deus. Consequentemente, a expressão que a nomeia denota Deus e não a bondade divina. Em

indivisibilis [...] Et ex sequitur [...] quia simplex forma est”; Raimundo Lúlio, *Liber prouerbiorum*, ed. F. Ph. Wolff, MOG VI (Mainz: Häffner, 1737), I.15, 9: “Deus [...] est remotus a compositione per simplicitatem”.

³⁷ A asseidade divina é tacitamente assumida por Lúlio durante todo seu percurso intelectual. Em torno de 1296, porém, ele se pronuncia expressamente sobre tal noção no *Liber prouerbiorum* quando assinala que “Qui dicit Ens, quod non indiget aliquo, nominat Deum” (Raimundo Lúlio, *Liber prouerbiorum*, I.1, 2). Eis também outras afirmações relevantes contidas no capítulo *De perseitate Dei* da mesma obra: “Deus est Deus per se ipsum, et non per alium [...] Quia Deus est de se ipso, et per se ipsum [...] Solus Deus est per se ipsum” (Raimundo Lúlio, *Liber prouerbiorum*, I.12, 8). Nesse sentido, cabe ainda notar que existe um opúsculo redigido em Messina e concluído em abril de 1314 no qual Lúlio se dedica exclusivamente ao assunto. Trata-se do *Liber de perseitate Dei*. Nele, pode-se encontrar a seguinte manifestação categórica em favor da autossuficiência divina: “Deus est propter se simpliciter existendo et agendo” (Raimundo Lúlio, *Liber de perseitate Dei*, ed. J. Stöhr, ROL II (Turnhout: Brepols, 1959), 10, 160).

³⁸ Esta análise da identidade essencial entre Deus e seus princípios é inspirada pela interpretação da simplicidade divina com base na noção de verificador que se encontra originalmente em Michael Bergmann em Jeffrey E. Brower, “A Theistic Argument against Platonism (and in Support of Truthmakers and Divine Simplicity)”, *Oxford Studies in Metaphysics* 2 (2006): 357-86 e Jeffrey E. Brower, “Making Sense of Divine Simplicity”, *Faith and Philosophy* 25 (2008): 3-30 (ver também Daniel De Haan, “Thomist Classical Theism: Divine Simplicity Within Aquinas’ Triplex Via Theology”, em *Classical Theism*, ed. J. Fuqua e R. C. Koons (New York: Routledge, 2023), 101-122). Apesar disso, a análise aqui proposta é inédita, porque, ao contrário da interpretação original, ela toma o verificador como fundação da verdade da predicação.

outras palavras, a verdade da predicação ‘Deus é bondade’ não se funda na bondade divina, mas em Deus.³⁹

Embora Lúlio defenda de modo categórico que os princípios são essencialmente idênticos a Deus, ele também observa que Deus, em certo sentido, se distingue deles.⁴⁰ Isso é justamente o que se pode depreender de uma passagem da *Ars generalis ultima* na qual ele afirma que

Os princípios divinos são realmente. Sem eles, Deus não pode ser. Por isso, são enumeráveis. Cada um existe em seu próprio número, porque se qualquer um deles não existisse em seu próprio número, Deus certamente não seria. Desse modo, para que Deus seja, convém que muitas razões ou princípios reais nele sejam. Eles, contudo, não se distinguem quanto à essência, pois todos são uma e a mesma essência divina. Alternativamente, um é essencialmente o outro, pois, do contrário, a bondade seria por acidente e vice-versa. Pode-se dizer o mesmo dos outros princípios.⁴¹

Mas se há uma identidade essencial entre Deus e seus princípios, como é possível distingui-los? A resposta consiste basicamente em mostrar que, segundo Lúlio, Deus é essencialmente idêntico e fundacionalmente distinto dos seus princípios. Valendo-se da noção de propriedade ou atributo como um conjunto de itens que a exemplificam,⁴²

³⁹ Repare que a estratégia aqui empregada para estabelecer a coerência da concepção luliana sobre a identidade essencial entre Deus e seus princípios também pode com pequenos ajustes ser aplicada na refutação da objeção de Alvin Plantinga segundo a qual se os princípios são propriedades predicadas de Deus e Deus é idêntico a eles, então Deus não é uma substância individual, mas uma propriedade (ver Alvin Plantinga, *Does God Have a Nature?* (Milwaukee: Marquette University Press, 1980). De fato, dado que (i) expressões como, por exemplo, ‘bondade divina’ e ‘grandeza divina’, são nominalizações abstratas de predicções que exibem a forma ‘Deus é ϕ ’, onde ϕ corresponde a algum princípio, (ii) os referentes dessas nominalizações operam como veridadores de tais predicções e (iii) Deus é idêntico a esses veridadores, segue-se que a verdade do tipo de predicação em questão não precisa ser assegurada por algum princípio ou propriedade divina, mas tão somente por Deus. Logo, não cabe dizer que se Deus é absolutamente simples, então ele deve ser uma propriedade (ver Alexander Pruss, “On Two Problems of Divine Simplicity”, *Oxford Studies in Philosophy of Religion* 1 (2008): 166).

⁴⁰ Sobre a identidade e distinção dos atributos divinos segundo Lúlio, ver especialmente Annemarie C. Mayer, “Lull and the Divine Attributes in 13th Century Context”, *Anuário Filosófico* 49/1 (2016): 152-154.

⁴¹ Raimundo Lúlio, *Ars generalis ultima*, IX.1.1.1, 190: “Probauimus diuinas dignitates esse realiter; sine quibus Deus esse non potest. Idcirco numerabiles sunt, qualibet existente in suo proprio numero. Ratio huius est, nam nisi quaelibet existeret in suo proprio numero, iam Deus non esset. Et ideo, ut Deus sit, oportet esse in ipso plures rationes siue dignitates reales. Verumtamen quantum ad essentiam non differunt; nam omnes sunt una et eadem diuina essentia; uel una est alia essentialiter; alias enim bonitas esset per accidens, et e conuerso. Et sic de aliis potest dici”. Sobre a conveniência da tradução de ‘dignitates’ por ‘princípios’ nessa passagem em particular, veja a nota 11.

⁴² Para mais detalhes sobre tal noção de propriedade, ver David Lewis, *On the Plurality of Worlds* (Oxford: Blackwell Publishers, 1986), 50-69.

cabe de início reconhecer que um atributo como a bondade divina é igual a um conjunto, cujo único elemento é Deus, pois nada além de Deus exemplifica a bondade divina. Em seguida, cumpre assumir que Deus funda o conjunto, cujo único elemento é Deus, pois tal conjunto só existe, porque Deus existe, e não o contrário.⁴³ Ora, se Deus funda o conjunto, cujo único elemento é Deus, e esse conjunto é igual à bondade divina, então Deus funda a bondade divina. Logo, Deus se distingue da bondade divina, pois, devido à irreflexividade da fundação, se φ funda ϕ , então φ é distinto de ϕ . Esquemáticamente,

- | | |
|--------------------------------------|--|
| 1. Bondade = {Deus} | Premissa |
| 2. Deus < {Deus} | Premissa |
| 3. Deus < Bondade | 1,2 Substituição de {Deus} por Bondade |
| 4. Deus \neq_{fund} Bondade | 3 Irreflexividade da fundação |

onde ‘{Deus}’ corresponde ao conjunto, cujo único elemento é Deus, ‘<’ simboliza a fundação e ‘ \neq_{fund} ’ representa a distinção fundacional.⁴⁴ Portanto, ainda que a bondade divina ou qualquer outro princípio seja essencialmente idêntico a Deus, ele é fundacionalmente distinto dos seus princípios, pois os princípios são fundados por Deus e, como foi demonstrado, isso basta para que Deus se distinga deles.⁴⁵

Tendo estabelecido como Deus se identifica com seus princípios e deles se distingue, Lúlio argumenta que os próprios princípios também são essencialmente idênticos e fundacionalmente distintos entre si.⁴⁶ Para ele, cada princípio “existe em seu próprio número”,⁴⁷ embora “todos sejam iguais em essência e natureza”.⁴⁸ Tal concepção, no entanto, só se justifica, porque “os princípios são razões reais expressas e enumeradas pela produção, que se encontram na unidade perfeita e não enumerada da natureza

⁴³ Sobre a direcionalidade da fundação entre um conjunto unitário e seu elemento, ver, por exemplo, Ross P. Cameron, “Do We Need Grounding?”, *Inquiry* 59/4 (2016): 4.

⁴⁴ De modo geral, ‘distinção fundacional’ significa aqui uma relação entre dois itens necessariamente coextensionais, que não compartilham a mesma fundação.

⁴⁵ Na verdade, existe ainda outra maneira de estabelecer a distinção entre Deus e seus princípios que se vale da hiperintensionalidade da fundação, conforme pode ser evidenciado na nota 55.

⁴⁶ Lúlio defende explícita e categoricamente a distinção entre princípios essencialmente idênticos no capítulo sobre a distinção do seu *Liber prouerbiorum* ao afirmar que a maior distinção é aquela na qual muitos princípios são um e o mesmo e sem a qual nenhum deles pode ser pleno (Raimundo Lúlio, *Liber prouerbiorum* I.77, 33: “8. Illa est maior Distinctio, in qua multi sunt una eadem essentia et natura. 9. Illa est maior Distinctio, in qua multi sunt unae et eadem Rationes. 10. Nulla Ratio potest esse plena sine distinctionare”).

⁴⁷ Raimundo Lúlio, *Ars generalis ultima*, IX.1.1.1, 190: “dignitates [...] numerabiles sunt, qualibet existente in suo proprio numero”. A citação completa da passagem onde essa afirmação se encontra pode ser consultada na nota 41.

⁴⁸ Raimundo Lúlio, *Ars demonstrativa*, ed. J. E. Rubio, ROL XXXII (Turnhout: Brepols, 2007), *Prologus*, 6: “omnes diuinas dignitates sunt aequales in essentia et natura”.

divina pela essência”.⁴⁹ Nessa passagem, Lúlio deixa bem claro que uma vez admitida a identidade essencial entre Deus e seus princípios, segue-se por transitividade que os princípios são essencialmente idênticos entre si. Por exemplo, se a bondade é igual a Deus e Deus é igual à grandeza, então a bondade é igual à grandeza. Paralelamente, ele ainda observa que cada princípio se distingue dos restantes devido ao seu caráter produtivo. Eis um exemplo de como tal distinção se dá entre dois princípios. De acordo com Lúlio, a bondade é intensionalmente indiscernível da grandeza e vice-versa, porque ambas são necessariamente coextensionais, quer dizer, não há uma só descrição completa e consistente de como as coisas são ou poderiam ter sido na qual a bondade e a grandeza diferem entre si. Apesar disso, a bondade é definida, segundo o seu caráter produtivo, como “o ente em razão do qual o bem age bem”,⁵⁰ ao passo que a grandeza é definida, segundo o seu caráter produtivo, como “o ente em razão do qual a bondade, a duração e os demais princípios são grandes”.⁵¹ Ora, se a bondade e a grandeza fossem absolutamente idênticas, seria possível permutar seus *definiētia*, afirmando que a bondade é aquilo em razão do qual a bondade, a duração e os demais princípios são grandes e a grandeza é o ente em razão do qual o bem age bem. Mas evidentemente isso não é admissível, porque o ente em razão do qual o bem age bem constitui a fundação da bondade, enquanto aquilo em razão do qual a bondade, a duração e os demais princípios são grandes constitui a fundação da grandeza. Logo, não há dúvida de que a bondade e grandeza são, por força do seu caráter produtivo, fundacionalmente distintas. Para generalizar o que foi dito e fixar as noções de identidade essencial e distinção fundacional entre os princípios, convém propor as seguintes formulações:

(IEP) um princípio φ é essencialmente idêntico a outro princípio ϕ se e somente se ambos são intensionalmente indiscerníveis ou necessariamente coextensionais.

(DFP) um princípio φ é fundacionalmente distinto de outro princípio ϕ se e somente se ambos são essencialmente idênticos, mas suas fundações não coincidem.

Antes de encerrar esta seção, falta ainda esclarecer em que consistem as relações de identidade e distinção entre os correlativos de cada princípio. Conforme foi acima observado, os princípios se distinguem entre si graças ao caráter produtivo que os determina. Segundo Lúlio, tal caráter é conferido pelo que ele chama de correlativos. No presente contexto, os correlativos nada mais são do que três elementos inatos sem os quais nenhum princípio sequer seria o que efetivamente é. Trata-se do ato, do agente e do paciente, que, tomados em conjunto, especificam a produção ou a atividade de cada

⁴⁹ Raimundo Lúlio, *Arbor scientiae*, ed. P. Villalba Varneda, ROL XXIV-XXVI (Turnhout: Brepols, 2000), XIV.1, 648: “Sunt ergo dignitates rationes reales declaratae et numeratae per productionem, et sunt in unitate numeri non numerati per essentiam deitatis et naturae”. Sobre a tradução de ‘dignitates’ por ‘princípios’, veja a nota 11.

⁵⁰ Raimundo Lúlio, *Ars brevis*, III.1, 24: “Bonitas est ens, ratione cuius bonum agit bonum”.

⁵¹ Raimundo Lúlio, *Liber correlatiuorum innatorum*, II.2, 133: “Magnitudo est ens, ratione cuius bonitas, duratio et cetera principia sunt magna. Et istud uocabulum ‘cetera’, significat alia principia”.

princípio, viabilizando assim a sua determinação. Com efeito, o ser de um princípio é determinado por seu agir característico. Eis porque Lúlio define a bondade, por exemplo, como “o ente em razão do qual o bem age bem” e a grandeza como “o ente em razão do qual a bondade, a duração e os demais princípios são grandes”.⁵² Os correlativos são designados através dos sufixos *-ar*, que corresponde ao ato, *-ivo*, que corresponde ao agente, e *-ável*, que corresponde ao paciente. Por isso, os correlativos da bondade são o bonificar, o bonificativo e o bonificável, enquanto os correlativos da grandeza são o grandificar, o grandificativo e o grandificável, e assim por diante.

Lúlio não raramente declara que os correlativos são essencialmente idênticos e fundacionalmente distintos dos respectivos princípios. Note como tais relações são por ele caracterizadas quando aplicadas particularmente à bondade divina:

A bondade é o ente em razão do qual o bem age bem. Ela, contudo, não poderia ser a razão do bem, que produziria ou agiria bem, se não dispusesse de três correlativos, a saber, o bonificativo, o bonificável e o bonificar. Sem eles, o bem não poderia ser o agente bonificante do próprio bonificado e o bonificar não decorreria de ambos. Esses três correlativos são distintos e privados de toda confusão,⁵³ de tal sorte que cada um permanece em seu número e sua expressão. Não que o bonificativo seja o bonificado ou o bonificar e nem o contrário, pois, se assim o fosse, seu número e expressão seriam destruídos. Consequentemente, se privaria a essência da relação, que seria deformada. Em razão da privação, a bondade não possuiria natureza, seria vazia e ociosa e sua definição seria destruída. No entanto, pode-se dizer que cada um dos correlativos coincide com toda a essência da bondade e ela mesma coincide com cada um dos correlativos. Desse modo, ela é uma essência indivisa e não composta, que permanece em sua primitividade, verdade e necessidade.⁵⁴

Com base no que acima foi dito, é possível demonstrar que os correlativos de cada princípio são essencialmente idênticos. Valendo-se da mesma estratégia usada para

⁵² Raimundo Lúlio, *Liber correlatiuorum innatorum*, II.1, 132-133: “Bonitas est ens, ratione cuius bonum agit bonum [...] magnitudo est ens, ratione cuius bonitas, duratio et cetera principia sunt magna”.

⁵³ Evidentemente, ‘confusão’ (*confusio*) significa aqui o oposto de ‘distinção’ (*distinctio*).

⁵⁴ Raimundo Lúlio, *Liber correlatiuorum innatorum*, II.1, 132: “Dictum est, quod bonitas est ens, ratione cuius bonum agit bonum. Bonitas autem non posset esse ratio bono, quod produceret uel ageret bonum, sine tribus correlatiuis, scilicet bonificatiuis, bonificabile et bonificare. Sine quibus bonus non posset esse agens, bonificans ipsum bonificatum, bonificare ab utroque processum. Istis tribus correlatiuis existentibus distinctis, ab omni confusione remotis, in tantum, quod quodlibet eorum remaneat in suo numero et sua uoce. Non quod bonificatiuis sit bonificatus vel bonificare, neque e conuerso; quia si sic, destruerentur uox et numerus eorum, et per consequens priuaretur essentia relationis, quia esset deformata. Ratione cuius priuationis bonitas non haberet naturam, et esset uacua et otiosa, et sua definitio esset destructa; quod est impossibile. Verumtamen dici potest, quod quodlibet correlatiuum est tota essentia bonitatis, et ipsa est quodlibet correlatiuum, ut ipsa sit uma essentia indiuisa et incomposita, in sua primitiuitate, ueritate et necessitate permanens”.

comprovar que há entre os princípios uma identidade essencial, constata-se por transitividade que se cada correlativo é essencialmente idêntico ao princípio que a ele corresponde, então os correlativos são essencialmente idênticos entre si. Em contrapartida, para demonstrar que os correlativos se distinguem fundacionalmente entre si, basta evidenciar que, enquanto ato, agente e paciente, eles não se confundem, pois cada um opera com a sua própria fundação. Por exemplo, os correlativos da bondade são fundacionalmente distintos, porque o ato do bem, que funda o bonificar, não coincide nem com o agente do bem, que funda o bonificativo, nem com o paciente do bem, que funda o bonificável.⁵⁵

Portanto, diante das evidências textuais e dos argumentos até aqui propostos, parece inevitável reconhecer que a hiperintensionalidade com a qual os princípios operam devido ao seu caráter eminentemente fundacional é a principal responsável pelo estabelecimento da identidade essencial e da distinção fundacional entre eles, seus correlativos e Deus.

5. Considerações finais

Ao final do presente estudo, impõe-se a conclusão de que para Lúlio a realidade é uma estrutura reticuladamente estratificada na qual a fundação metafísica desempenha dois papéis sobremaneira relevantes. De um lado, cabe a ela assegurar a distinção entre os princípios, seus correlativos e Deus, que, apesar de serem necessariamente coextensionais, não se confundem hiperintensionalmente por não compartilharem a mesma fundação. De outro, é graças a ela que os constituintes da realidade podem se arranjar hierarquicamente segundo a variação dos seus graus de semelhança, encadeando-se fundacionalmente conforme a intensidade com a qual os princípios neles se contraem. Aliás, a responsável direta por tal organização hierárquica da realidade é justamente essa capacidade de contração que os princípios têm de assumir uma condição contraída nas coisas que os manifestam e que a eles confere o seu caráter fundacional.

De fato, isso reflete, em última análise, o que vislumbra Lúlio quando inclui o primeiro sujeito, que corresponde a Deus e seus princípios, na classe dos entes incriados

⁵⁵ É interessante notar que o recurso à hiperintensionalidade da fundação para comprovar a distinção fundacional entre princípios e correlativos também pode ser usado na demonstração de que Deus se distingue fundacionalmente dos seus princípios, caso não se pretenda empregar a noção lewisiana de propriedade. Para tanto, é suficiente invocar o caráter produtivo de Deus e seus princípios e constatar que a bondade, a grandeza etc. são distintas de Deus, porque o “ente deificante”, que funda Deus, não se confunde com o “o ente em razão do qual o bem age bem”, que funda a bondade, nem com “o ente em razão do qual a bondade, a duração e os demais princípios são grandes”, que funda a grandeza, e assim por diante (as definições de Deus, bondade e grandeza aqui mencionadas se encontram respectivamente em Raimundo Lúlio, *Logica noua*, I.5 e Raimundo Lúlio, *Liber correlatiuorum innatorum*, II.1).

para então os conceber como a fundação dos oito sujeitos restantes, que constituiriam a classe dos entes criados enquanto determinações e semelhanças dos princípios por eles assimilados e significados em suas versões contraídas. Além de revelar como a realidade está ordenada, tal descrição compatibiliza a ontologia multicategorial proposta por Lúlio em uma seção da *Ars generalis ultima*, onde a realidade é segmentada em nove sujeitos, com a ontologia duocategorial que ele adota na *Metaphysica noua et compendiosa*, quando divide a realidade nas classes dos entes criados e incriados.

Guilherme Wyllie
guilhermewyllie@id.uff.br

Fecha de recepción: 22/11/2023

Fecha de aceptación: 17/12/2024